

Hartung aposta na força de Luiz Paulo

Governador diz que prefeito de Vitória terá grande peso político na eleição, e avalia que a possibilidade de o candidato apoiado por Luiz Paulo obter êxito "é grande"

AJ12034

Num balanço do primeiro ano à frente do Governo do Estado, Paulo Hartung (PSB) revela para A GAZETA que está satisfeito com o desempenho da Secretaria de Segurança, considerada uma das áreas mais críticas do Governo, e também fala sobre as eleições municipais de outubro. Para ele, a possibilidade de o candidato apoiado pelo prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), obter êxito "é muito grande". Hartung também voltou a falar sobre a denúncia contra os conselheiros do Tribunal de Contas. Ele defendeu que a indicação dos conselheiros seja técnica, e, se possível, com a realização de concurso público.

Qual avaliação o senhor faz do primeiro ano de Governo?

O balanço é positivo. Depois que fui eleito, fiz um Governo de transição. Nesse momento tomamos conhecimento da realidade administrativa do Estado, que era um quadro de destruição da máquina pública. Mas tomei posse com um misto de alegria e de muita apreensão. Então, ao tomar posse com essa situação, e chegar ao final do ano com um quadro como esse, só posso dizer da minha alegria e satisfação. Termino o ano muito alegre.

O que foi mais importante para produzir esse resultado?

É a frente política e social que montamos no Estado. Essa frente une as instituições públicas. Na história do Espírito Santo nunca se teve essa coesão entre instituições públicas. Agora está todo mundo remando na mesma direção. Em tempo algum se conseguiu unir essas três coisas: instituições, partidos e lideranças políticas e sociedade civil organizada. O segredo do sucesso do primeiro ano, é esse: a coesão inédita de instituições. Se eu tivesse que ter feito um pedido nessa virada do ano, pediria para manter a coesão em torno dos objetivos maiores.

Além da coesão entre as instituições, o pagamento em dia dos servidores também não seria uma meta?

LÚCIA GARCIA E EDUARDO CALIMAN



Gildo Loyola

Recado

O governador Paulo Hartung diz já ter avisado aos aliados com pretensão de ser candidatos em outubro que estreitem as relações com o prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas: "Ele vai ser um eleitor muito forte". Segundo Hartung, uns seguiram esse conselho, outros não. "Mas meu papel é apenas o de orientar", avalia, acrescentando que não interferirá na disputa eleitoral

gênio (Educação), Neivaldo Bragato (Secretaria de Governo), João Felício Scárdua (Saúde), entre outros. É uma equipe muito qualificada. Essa comunicação entre o governador e o vice, o que não acontecia há muitos anos. Tinha até uma porta fechada da vice-governadoria, que jogaram a chave fora. Mandamos reabrir a porta.

O senhor tem algum sonho na vida política?

Meu sonho é criar base para que, no futuro, a escola pública seja uma escola que dê ao filho do pobre as mesmas condições do filho do rico de disputar as oportunidades da vida. Então, você imagina o caminho que a gente tem que percorrer. Esse é meu desafio. Mas sinto que a gente pegou o ritmo.

O Tribunal de Contas é alvo de uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF). O que o senhor acha disso?

As denúncias são graves. Elas foram fruto de investigação do MPF, e elas estão hoje sob responsabilidade da Justiça. Será aberto direito de defesa dos acusados. Mas são gravíssimas, e a posição do Governo e do governador é a favor da investigação completa do caso e da punição de tudo que ficar comprovado o envolvimento em questões ilícitas.

O senhor acha que o TCES tem utilidade?

Pela nossa Constituição, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembleia, com algumas funções como dar parecer prévio nas contas do Governo, fazer auditorias, entre outras. Mas, numa avaliação precisa, o corpo técnico do TCES melhorou muito nos últimos anos. Está qualificado. No Governo tem auditores do TCES fazendo controle interno do Executivo, o que é muito importante. Quando eu fui constituinte estadual, coloquei uma emenda para que o auditor do tribunal fosse escolhido por meio de concurso público. Na minha visão, quanto mais a escolha dos auditores e conselheiros for por critério técnico, para mim é melhor. Isso é uma tese que sempre defendi. Tudo que puder ser feito com

entre instituições públicas. Agora está todo mundo remando na mesma direção. Em tempo algum se conseguiu unir essas três coisas: instituições, partidos e lideranças políticas e sociedade civil organizada. O segredo do sucesso do primeiro ano é esse: a coesão inédita de instituições. Se eu tivesse que ter feito um pedido nessa virada do ano, pediria para manter a coesão em torno dos objetivos maiores.

Além da coesão entre as instituições, o pagamento em dia dos servidores também não seria uma meta?

Um é consequência do outro. O principal é essa coesão que a gente conseguiu. Tinha uma aposta sólida no fracasso do Governo. Muita gente preferiu ficar de fora do Governo. Mas consegui montar esse imenso movimento. Então, conseguir pagar 16 folhas de pagamento. É uma consequência desse processo. O fundamental foi o primeiro passo de coesão. A partir daí, a gente conseguiu avançar no pagamento da dívida com os servidores, com fornecedores, com empreiteiros, avançar na melhoria dos serviços essenciais.

A área de Segurança foi a mais crítica. Qual seria o problema da pasta? É falha na atuação técnica ou houve retaliação na execução dos trabalhos no combate ao crime organizado?

É importante dizer que estou satisfeito com o trabalho na área de Segurança. Não sou ingênuo de esperar, em um problema complexo como esse, que fosse colher frutos de um dia para outro. Não obtemos resultados macro, ainda. Mas estamos tendo resultados. A Secretaria de Segurança era um tracinho no organograma do Estado. Hoje temos uma secretaria provedora de serviços importantes. O índice de apuração de crimes aumentou. Isso quebra o ciclo vicioso da impunidade.

E quanto à retaliação, ela houve?

O secretário sofreu tentativa de desestabilização, sim. Não só ele, eu e o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), também. Recebemos ameaças de tudo quanto é tipo ao longo do ano porque estamos mexendo e contrariando muitos interesses. Imagina a quantidade de gente que não pagava imposto, e voltou a pagar. Era gente que acostumou a viver na sonegação. A arrecadação do Estado não está crescendo à toa. Está crescendo porque quem não pagava teve que voltar a pagar.

Quanto foi investido em Segurança, até agora?

Aproximadamente R\$ 30 milhões.

Estou satisfeito com o trabalho da Secretaria de Segurança

Estamos montando um Centro Integrado, as nossas duas polícias avançaram na convivência do trabalho. Montamos o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), reestruturamos a Secretaria de Segurança. Além disso, vamos receber, no início de 2004, muitos carros e equipamentos e rastreadores de veículos que possibilitarão ter controle da frota na Grande Vitória e saber onde estão os carros.

Qual a previsão de investimento no Estado para 2004?

Já temos uma perspectiva de investimento de R\$ 220 milhões para o ano que vem. Resolve? Não. Porque o buraco que ficou para trás de desinvestimento na máquina é brutal. Mas minha visão é de que, a partir do terceiro ano, as coisas estarão regularizadas. Estou otimista que fecharemos o pagamento das dívidas, investir os R\$ 220 milhões, manter o pagamento do funcionalismo em dia e, a partir daí, entrar num terceiro e quarto anos com o Estado funcionando normalmente, com grande capacidade de investimento no serviço que presta.

De uma forma geral, o que precisa melhorar, de imediato, no Estado?

Ainda não vencemos a guerra. Precisamos melhorar a qualidade da compra e da distribuição de remédio. Teremos que fazer fluxogramas novos e ter uma estrutura de controle brutal. É a questão da qualidade da gestão. Nós melhoramos a arrecadação, agora temos que melhorar o gasto. Temos que focar no gasto, o segmento da população que mais precisa do Governo funcionando, que são aqueles de renda menor.

Quais os primeiros projetos a serem executados em 2004?

Começaremos um projeto em 2004 chamado Caminhos do Campo, que visa asfaltar estradas vicinais para melhorar o escoamento de produção

agrícola. Nós vamos retomar o programa de eletrificação rural, o Luz no Campo (levar energia para produtores rurais). E vamos estabelecer um programa de telefonia rural. Esses programas também têm a ver com o foco do Governo quer ter. Também iremos ter um estrutura pedagógica para a escola rural diferenciada da urbana. Não queremos um Governo só para a Região Metropolitana.

O grupo político do qual o senhor faz parte ainda não definiu o candidato para a Capital. Qual característica vai existir nesse processo em torno dos possíveis candidatos à Prefeitura de Vitória?

Quanto à Capital, minha visão é de que o prefeito (Luiz Paulo Vellozo Lucas) vai ter um peso político muito grande nessa eleição. Ele vem com uma administração bem avaliada. Então, a possibilidade de o candidato dele ter êxito é muito grande. Já disse aos que têm pretensão de ser candidato que devem estreitar as relações com o prefeito, que, na minha visão, vai ser um eleitor muito forte. Uns seguiram esse conselho, outros não. Mas meu papel é apenas o de orientar.

E quanto à eleição nos outros municípios?

Todos os governadores que quiseram definir prefeitos deram tiro no pé. Eu não vou seguir esse caminho. Eu vou ter a tranquilidade de viver a eleição municipal como bom democrata que sou. A tarefa de escolher prefeitos é do eleitor. Sempre fui atuante politicamente, mas estou em uma função pública que é diferente das outras que tive. Os meus companheiros que são deputados estaduais e federais têm que ir para os palanques brigar. Mas isso não é o meu papel.

No PT, já foi conversado com o partido que o senhor não vai interferir na eleição da Capital, onde o PT tem dois possíveis candidatos, a deputada federal Iriny Lopes e o João Coser. O que o senhor acha disso?

Isso é uma coisa que depende muito mais de mim do que dos partidos que estão na base do Governo. Por uma razão simples. Nem aqueles que na campanha subiram no palanque comigo, nem os que vieram depois debateram comigo qual teria que ser o meu comportamento em eleição municipal. Muito pelo contrário. No caso do PT, esse assunto chegou a ser ventilado, e o partido disse que não tinha interesse em discutir o assunto.

O senhor pretende mudar o secretariado, em 2004?

Eu me antecipei, fiz o primeiro ajuste de Governo no meio de 2003. Agora tenho que ter um pouco de paciência porque secretários podem se afastar do Governo devido à disputa municipal. Tem que esperar para ver quem fica, quem sai. Mas ninguém tem cadeira cativa. Estabilidade é coisa que acomoda as pessoas. Minha equipe é técnico-política. Então, escolher profissional qualificado em um cargo errado pode provocar um desastre, porque ferra com a carreira da pessoa, o serviço é mal avaliado, então ferra com o Governo. É um desastre. Então, me esforço muito para montar boas equipes, como fiz na Prefeitura de Vitória, no Senado, no Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqui no Governo foi a mesma coisa. Trouxe pessoas como o José Teófilo (secretário da Fazenda) que não pensavam em voltar para a vida pública. O Guilherme (Guilherme Dias, secretário de Planejamento) estava sendo cotado para trabalhar em Washington, nós o convencemos a ficar com a gente. A Gladys (Gladys Bitran, procuradora-geral do Estado) já tem um escritório bem-sucedido, mas largou para ajudar a reestruturar o Estado. Tivemos a descoberta do Carlos Ranna (auditor-geral) e Sebastião Bussolar (Banestes). Sem falar das pessoas já conhecidas, como José Eu-

dar parecer prévio nas contas do Governo, fazer auditorias, entre outras. Mas, numa avaliação precisa, o corpo técnico do TCES melhorou muito nos últimos anos. Está qualificado. No Governo tem auditores do TCES fazendo controle interno do Executivo, o que é muito importante. Quando eu fui constituinte estadual, coloquei uma emenda para que o auditor do tribunal fosse escolhido por meio de concurso público. Na minha visão, quanto mais a escolha dos auditores e conselheiros for por critério técnico, para mim é melhor. Isso é uma tese que sempre defendi. Tudo que puder ser feito com a característica mais técnica para uma área como essa, de avaliação de contas, de emitir parecer prévio que depois são julgados pela Assembléias e Câmaras, no caso de contas municipais, é melhor.

Existe a possibilidade de mudar a forma de indicação para conselheiro do TCES?

Eu não sou fabricante de factóide. Ter um outro critério para escolher conselheiro do Tribunal de Contas, não depende do Governo, da Assembléia, do Fórum Reage Espírito Santo. Isso depende do Congresso. Para mudar isso, primeiro o Congresso tem que mudar a formação do Tribunal de Contas da União (TCU). Lá é pior, porque o Congresso indica uma parte por indicação partidária. Então, a gente não pode criar ilusões. Sou conhecedor da leis e não posso fazer pregações, que amanhã não produzam resultados efetivos para a população. Mas eu pudesse mudar a forma de indicação de conselheiros, faria por meio de concurso público. Porém, não acho fácil o Congresso Nacional mu-

dar essa política. Conheço essa cultura. É parecido à reforma política, que é difícil de ser feita no país porque os parlamentares não querem mudar uma regra que poderia ser melhor para as instituições democráticas do país, mas que talvez dificultasse a vida deles. Essa é a dificuldade. Esse é um direito que os parlamentares lá tem, de escolher ministros para o TCU. Acho difícil eles abrirem mão disso, pelo menos por enquanto. Pela agenda de priorida-

des que vêm sendo apresentada ao país, não é essa uma prioridade, até agora. A não ser que um fato novo mude o rumo dos fatos.

Mas o TCES é útil, na opinião do senhor?

O Tribunal tem função, sim. Inclusive pode ter uma função preventiva extraordinária. Pode fazer, por exemplo, processo de treinamento de técnicos nas menores prefeituras, que têm menores recursos, para poder acompanhar, estudar as coisas.

Vou acompanhar a eleição municipal como um democrata